



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
Secretaria Nacional de Segurança Hídrica
Conselho Nacional de Recursos Hídricos

Parecer nº 02/2020/CTOC/CNRH

Assunto: Processo nº 59000.031636/2019-64: Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 104/19 que aprovou a indicação, ao CNRH, da Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí para continuar a desempenhar as funções de Agência de Água do Comitê.

Introdução

A Resolução CNRH nº 111, de 13 de abril de 2010, delegou o exercício de funções de competência de agência de água das bacias PCJ à Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí - Agência das Bacias PCJ, até 31 de dezembro de 2020.

O Presidente dos Comitês PCJ, no Ofício Comitês PCJ nº 138/2019, de 13 de dezembro de 2019, dirigido ao Presidente do CNRH, encaminhou a Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 104/2019 referente à indicação da Agência das Bacias PCJ para continuar a desempenhar as funções de agência de água dos Comitês PCJ, como entidade delegatária dessas funções, até 31 de dezembro de 2035, e solicitou a sua apreciação pelo CNRH.

Para subsidiar o CNRH, no Ofício nº 38/2020/SNSH/MDR, de 10 de fevereiro de 2020, a Secretaria Executiva do CNRH solicitou o posicionamento da ANA “quanto à viabilidade do pleito” dos Comitês PCJ.

Em resposta, no Ofício nº 26/2020/AA-CD/ANA, de 5 de março de 2020, a Diretora Presidente da ANA apresentou a manifestação da ANA tendo encaminhado a Nota Técnica nº 5/2020/CINCS/SAS, de 27 de fevereiro de 2020. Já no Ofício, a Diretora Presidente da ANA conclui pela viabilidade da Agência das Bacias PCJ continuar a exercer as funções de agência de água das bacias PCJ, como entidade delegatária.

Síntese das discussões técnicas

Tendo em vista a sua competência para “*analisar e emitir parecer sobre propostas encaminhadas pelos comitês de bacia hidrográfica de rios de domínio da União referentes à delegação de competência para as organizações civis de recursos hídricos sem fins lucrativos desempenharem as funções de agências de águas*”, a CTOC/CNRH, na sua 2ª Reunião realizada em 10 e 11/03/2020, ouviu a Agência das Bacias PCJ, os Comitês PCJ e a ANA.

Nas apresentações realizadas foi demonstrado a boa performance da Agência das Bacias PCJ, enquanto entidade delegatária das funções de agência de água das bacias PCJ, e a viabilidade financeira de seu funcionamento dentro dos limites impostos pela legislação.

Assim, por unanimidade, a CTOC/CNRH se manifestou favorável à prorrogação, pelo CNRH, da delegação de funções de agência de água das bacias PCJ à Agência das Bacias PCJ, até 31 de dezembro de 2035, que pode ser materializada nos termos da minuta de resolução anexa a este Parecer.

Conclusão

A CTOC/CNRH, tendo em vista a sua competência para “*analisar e emitir parecer sobre propostas encaminhadas pelos comitês de bacia hidrográfica de rios de domínio da União referentes à delegação de competência para as organizações civis de recursos hídricos sem fins lucrativos desempenharem as funções de agências de águas*”, conclui favoravelmente à prorrogação da delegação à Agência das Bacias PCJ até 31/12/2035.

Encaminhamento

Encaminha-se este Parecer à Secretaria Executiva do CNRH, recomendando que, previamente ao Plenário do CNRH, a matéria seja objeto de análise da CTAL/CNRH, para, conforme disposto no Decreto nº 10.000/19, “*analisar e emitir parecer sobre os aspectos legais e constitucionais das matérias encaminhadas pelas demais Câmaras Técnicas*”.

Em 23 de junho de 2020.

PORFÍRIO CATÃO CARTAXO LOUREIRO
Presidente da CTOC/CNRH

MINUTA DE RESOLUÇÃO

Prorroga a delegação à Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí para o exercício de funções de competência das Agências de Água nas Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí.

O CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS-CNRH, no uso das competências que lhe são conferidas pela Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, pela Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, pelo Decreto nº 10.000, de 3 de setembro de 2019, em especial o disposto no seu inciso XVIII do art. 1º, e tendo em vista o Processo nº 59000.031636/2019-64, resolve:

Art. 1º Prorrogar a delegação à Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (Agência das Bacias PCJ) para o exercício de funções de competência das Agências de Água nas bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, até 31 de dezembro de 2035, observadas a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e a Lei nº 10.881, de 9 de junho de 2004.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor em 31 de dezembro de 2020.